

# Vamos à Luta!

*Tese do coletivo sindical Vamos à Luta ao XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp*

***"Não se deixar cooptar, não se deixar esmagar. Lutar sempre.  
Conquistar, na luta, vitórias reais com o povo"  
Florestan Fernandes***

O Congresso dos Trabalhadores da Unicamp é o momento em que o movimento sindical pode resolver-se acerca da conjuntura histórica em que se encontra, criticar-se e reorientar-se, a fim de fazer valer a máxima de Florestan Fernandes, que este texto traz no topo. É por isso que, diferentemente dos momentos de luta, em que o **Vamos à Luta** agita e organiza o enfrentamento frente aos nossos inimigos e nossas dificuldades, aproveitamos este momento para discutir e qualificar nossas diferenças. A partir de uma análise do nosso momento e dos resultados a que levaram nossas últimas decisões, propomos a retomada do formato majoritário de eleição da direção sindical. Sem principismos sobre qual o formato ideal, acreditamos ser este um recurso para conferir maior transparência à atuação e aos objetivos da nossa entidade e facilitar o caminho para que o STU dê o exemplo de combatividade no movimento sindical. Este fenômeno de retomada da combatividade animou o movimento popular, que em junho de 2013 inaugurou uma conjuntura política de renovada ousadia e radicalidade das lutas sociais. O movimento sindical, atrasado, ainda precisa livrar-se das amarras do sindicalismo articulado no processo de ascensão do PT e construir um novo momento, onde o objetivo seja, acima de tudo, conquistar vitórias reais com o povo.

No mundo todo, e por todo o tempo, a fome de lucro dos negócios leva a centralização das riquezas, rebaixamento dos salários, retiradas dos direitos sociais, falta de perspectivas à juventude e desequilíbrios ambientais. Mas, mais uma vez, o discurso unificado das elites leva as massas populares, que vivem exclusivamente de seu trabalho, a questionar os rumos e a lógica do sistema capitalista mundial - sem necessariamente haver plena consciência, entretanto, de um programa de mudanças que nos oriente a agir objetivamente na construção das soluções necessárias. A sociedade ainda luta para conseguir empregar todas as capacidades da humanidade no bem-estar produtivo das pessoas comuns e não consegue se livrar das escusas intenções de lucro privado, que hoje é o elemento estruturante do funcionamento da economia e da política.

No Brasil, assim como nas greves gerais, nas ocupações e nas mobilizações de massa que sacudiram muitos países em todos os continentes, as mobilizações de junho de 2013 questionaram a ordem vigente e atingiram o objetivo de livrar o senso comum do conto de fadas, patrocinado principalmente pelos instrumentos de influência ligados ao partido do governo federal, PT, que pregavam um Brasil Potência, quando nosso povo ainda sequer acessa pleno direito à educação, saúde, transporte, moradia, lazer, sexualidade, etc. Este novo cenário das lutas sociais não é catastrófico como avaliam os poderosos meios de comunicação do país. Ele carrega a possibilidade de implementar

mudanças mais profundas, pois conta com força social independente dos esquemas econômicos e políticos da ordem. A ousadia de mudar abre caminho para uma real inserção dos trabalhadores (negros e mulheres que somos) na política e na divisão das riquezas. Os conflitos entre explorados e exploradores, opressores e oprimidos que ocorrem diariamente demandam o resgate de bandeiras históricas para consolidar um programa positivo de garantia dos direitos sociais. Mas para estas possibilidades se tornarem realidade, temos que começar com a independência política frente aos esquemas de cooptação da ordem, e exercer nossa ousadia programática para atacar as raízes dos problemas. É preciso levar a outro patamar as expectativas das massas indignadas.

Como os negócios pioram quando os pobres resolvem que também merecem comer, morar e viver, as dificuldades da "ordem" mundial trazem incertezas econômicas que dificultam a manutenção das riquezas no país e reforçam o caráter colonial do Brasil exportador de matérias primas e com baixo custo do trabalho social. Equivale a dizer que as dificuldades políticas do mundo tendem a trazer miséria econômica e mais miséria para o Brasil, posto que ocupamos um papel periférico no sistema, sendo explorados e espoliados em favor dos centros capitalistas mundiais que não tomam suas decisões baseados na conquista da dignidade e produtividade da vida dos trabalhadores.

Para garantir o dinheiro dos investidores, os governos brasileiros fazem nítidas sinalizações de sua lealdade aos poderosos do mundo. Cortam investimentos sociais, ampliam a repressão aos movimentos sociais, privatizam, terceirizam, controlam os meios de comunicação. Esta é a tônica tanto do bloco do PT, no comando do governo federal, quanto do bloco do PSDB, que comanda as decisões do estado de São Paulo. Todos estes governos agem contra o povo, e enganaram a opinião pública, como sempre fizeram, aliás, no processo eleitoral. Mesmo sem promover o debate sobre impedimento dos governos, devemos entender que eles são nós centrais que articulam a exploração dos trabalhadores. Não podemos vacilar no objetivo de derrotar Dilma e Alckmin para construir um novo momento das lutas sociais que coloque no centro do país as demandas dos movimentos sociais!

Na Unicamp, a reitoria Tadeu se elegeu com muitas promessas. No entanto, passado já metade de seu mandato, o reitor se esconde atrás do discurso da crise para não garantir nada para os trabalhadores: a isonomia, carro chefe de sua campanha, virou apenas um punhado de intenções; o vale-alimentação está congelado desde o começo de sua gestão; as 30h na saúde não chegam nem perto das expectativas das trabalhadoras. Por outro lado, parece não haver crise quando se trata do pagamento dos supersalários e da dupla remuneração para a alta cúpula da universidade. Aliada a essa esquizofrenia, a gestão Tadeu ainda será lembrada como capaz de "feitos históricos" como a compra da Fazenda Argentina (que posteriormente foi arrendada para plantação de cana, dada a falta de projeto para a área) e a atabalhoada mudança de regime, que colocou insegurança na vida de quase 2000 servidores.

**E os sindicatos no meio disso tudo?**

O sindicalismo brasileiro, que não esteve neutro no processo de estabelecimento da atual ordem das coisas, também enfrenta sua crise. Após anos amaciando os conflitos que poderiam pressionar os governos, os pelegos percebem que a solução apresentada pelo sistema mundial ao caso brasileiro não incluem sequer as lideranças cooptadas. No salve-se quem puder da crise, o governo abraça o que os pelegos sempre denominaram de “velha direita” e se veem com dificuldades de conseguir até mesmo as pequenas migalhas que costumavam garantir suas posições de liderança e os privilégios da burocracia. Enquanto a juventude se transforma em classe trabalhadora, o dito "sindicalismo de resultados" não tem resultados para oferecer e mergulha numa crise que só será resolvida com a movimentação ousada e independente dos trabalhadores no sentido de construir um sindicalismo que não se deixará cooptar, nem aceitará ser enrolado nos esquemas de trocas de favores que não resolvem os problemas sociais dos trabalhadores.

CUT, CTB, Força Sindical, UGT, CGT, CGTB, e as outras centrais sindicais cooptadas, apesar de não poderem mais exaltar um suposto caráter progressista do governo, são incapazes de alinhar seus instrumentos de pressão para denunciar e subverter a ordem dos poderosos e não fazem frente aos governos. Limitam-se a agitar pequenos atos de demarcação contra medidas pontuais. Mesmo a Conlutas, central sindical que se propõe a fazer um contraponto à atual estrutura sindical, mostra-se incapaz de conduzir uma unificação e mobilização tenaz e independente da burocracia sindical.

O cenário das lutas sindicais no Brasil, portanto, é diferente das lutas populares. Contida ainda numa estratégia que se baseia nas "possibilidades concretas" ditadas pelos governos e patrões, a agitação dos sindicalistas ainda não se concentra no tenaz trabalho de opinião, que denuncie o atual estado das coisas ao mesmo tempo que consolida um efetivo programa de mudanças. Como consequência, não consegue gerar expectativas reais de mudanças mesmo quando as pessoas estão indignadas com a situação. Enquanto os trabalhadores desconfiam da independência de suas lideranças, elas se apressam para dizer que conseguiram algum resultado das "negociações" com os patrões, quando, na verdade, os rumos políticos não mudam em nada. As alardeadas vitórias não conseguem mostrar que a luta muda a vida e não provocam o real exercício de força dos trabalhadores que é a mobilização massiva e politicamente obstinada.

A concepção sindical que vislumbramos como solução dos impasses atuais do sindicalismo é calcada no sindicato como agitador político. A entidade deve promover informações e exemplos de luta, sem trocar favores e conciliar interesses com aqueles que se beneficiam das nossas dificuldades. Chamamos este modelo de *Sindicalismo Combativo*, porque ele parte do pressuposto de que há interesses divergentes entre o patrão e os empregados. Ao invés de instrumento de negociação, em busca de uma conciliação de classes, o sindicato é visto como instrumento de combate, pois quando os de baixo sabem o que querem e não aceitam as enganações da chefia, quem pede negociação são os de cima. Nas negociações de hoje, sem força de mobilização para pressionar, os trabalhadores e o sindicato são sempre enrolados.

Na Unicamp hoje, o **Vamos à Luta** é o único coletivo que trabalha sob esta concepção. Daí decorre a conformação de dois blocos políticos completamente

distintos: de um lado, queremos agitar a mobilização dos trabalhadores e não nos deixamos enrolar pela reitoria. De outro, quatro ou cinco grupos, que se dizem diferentes uns dos outros, respondem por 70% da diretoria do STU e encontram acordo principalmente nos momentos decisivos. De forma que terminam criando uma blindagem política em favor da reitoria. Foi assim na campanha salarial de 2014, em que a greve só continuou por força da categoria e do **Vamos à Luta**, contra o acordo da maioria da diretoria. Foi assim na luta pela efetivação da isonomia e na campanha salarial de 2015 em que o bloco pelego venceu, a categoria apostou nas negociações e até agora não houve nenhuma negociação de fato. O que estas forças que compõem o bloco do sindicalismo de resultados ganham com isso é uma pergunta que nunca será respondida com franqueza. Fora dos momentos decisivos, da mesma maneira, o sindicato segue dócil frente à reitoria sem cumprir sequer a deliberação recente de assembleia de ampliar a agitação de denúncia dos supersalários.

## **Mas como foi definida esta direção tão vacilante?**

A eleição da diretoria do STU ocorreu em abril de 2014 e, pela primeira vez em muito tempo, não seria a chapa com maior número de votos que assumiria a direção. Cada chapa nomearia uma parte correspondente ao percentual de votos obtido na eleição. Uma chapa que obtivesse 20% dos votos, por exemplo, elegeria 20% dos diretores e assim por diante. Vamos retomar o cenário desde a última eleição para apontar como a proporcionalidade permitiu despolitizar e confundir o debate político, para qualificar a proposta de retomada das eleições majoritárias.

Vale lembrar que a gestão majoritária encabeçada pelo **Vamos à Luta**, que assumiu em 2011, foi formalmente dividida na campanha salarial 2013. Até este momento, e não sem dificuldades, a gestão anterior soube demonstrar independência política e isso resultou numa ampliação da capacidade de mobilização da categoria. Como exemplo, a greve do segundo semestre de 2011, que reivindicava *Isonomia Já*. Agindo sem se deixar enrolar pela reitoria e denunciando seus autoritarismos divergentes do interesse social, o STU conseguiu pautar a sucessão de reitores, nosso vale alimentação triplicou, alcançamos uma legitimidade política para a isonomia e para o retorno à jornada de 30h na área de saúde, que até então parecia impossível pelo tom das “negociações” que orientavam a atuação da gestão Fernando Costa.

Logo após Tadeu assumir o cargo de reitor, o grupo representado pela tese 2, ao invés de propor a unidade acima das diferenças (como hoje dizem agir) e encaminhar um enfrentamento pela efetivação imediata da isonomia, agitou o descrédito contra a entidade, utilizando-se inclusive de calúnias que constam escritas na tese que apresentaram ao XII congresso e que, apesar de graves, nunca puderam ser provadas ou encaminhadas de qualquer maneira responsável. A partir deste momento, a gestão passada não conseguiu mais tomar deliberações que permitissem encaminhar a campanha salarial e, por este motivo, foi proposta a antecipação do pleito 2014 para antes da campanha salarial daquele ano. A proporcionalidade não foi proposta como solução de uma crise, que existia justamente pela divisão e perda de objetivo político comum da gestão. A proporcionalidade foi defendida pelos grupos como forma de garantir a presença de cada grupo no aparelho sindical, sem qualquer

preocupação política com os rumos tomados pela entidade. Naquele momento, a divisão e falta de unidade política já se mostrava então prejudicial à ação firme da diretoria, mas neste XIII congresso, os grupos alegam que a divisão da diretoria quando da posse de Tadeu prova que o formato de composição majoritário não ajuda a luta da categoria. Além de se tratar de um simples exemplo, que não determina fatalmente nenhuma falibilidade da majoritariedade, trata-se de uma inversão, pois a divisão política tão prejudicial é pressuposto na proporcionalidade, apesar de ter surgido, em 2013, intencionalmente, de dentro de uma gestão majoritária.

No processo eleitoral, enquanto o **Vamos à Luta** chamava a atenção para a necessidade de denunciar e mobilizar para garantir vitórias contra a reitoria Tadeu, os grupos que atualmente formam o colchão de amortecimento das lutas contra a reitoria se disseram aliados dos trabalhadores, e a única campanha que efetivamente fizeram foi contra nossa chapa. Foram utilizados métodos espúrios que, infelizmente, são tradição no sindicalismo que não se orienta pelos enfrentamentos de classe: mentiras, desinformação, manobras burocráticas com as listas de votantes e coisas do tipo. Ou seja, não receberam voto propondo os caminhos de vitória da categoria. Grupos francamente apoiados pela reitoria, outros apoiadores da reitoria, de forma mais ou menos velada, garantiram, cada um, um pedaço na composição da direção e, desta forma a política que hoje orienta o sindicato não esteve expressa em nenhuma campanha eleitoral. Cada um elegeu dizendo coisas mais ou menos abstratas, e contando com votos de rejeição de outras chapas, de relações de gratidão e retribuição despolitizada de favores ou mesmo enganados pelas mentiras do vale-tudo eleitoral. Depois de eleita, a gestão é composta por 70% de amigos da reitoria interessados em cargos e recursos da máquina sindical e 30% pelo **Vamos à Luta**, cujas iniciativas são sistematicamente vigiadas e sabotadas pelos 70% que provam a todo o momento alta lealdade à reitoria. Quem está perdendo é a isonomia, as 30h, o reajuste salarial e do vale alimentação, a redução dos custos do transporte fretado, o combate à terceirização, etc.

## **Mas a categoria quer lutar contra Tadeu? O sindicato não deveria agir como a base?**

Ao longo das assembleias setoriais da construção de nosso congresso, muito se disse que a eleição proporcional da direção é mais democrática, pois permite que o sindicato funcione a partir da representação das mais diferentes posições políticas que existem na categoria. Apesar de parecer bem intencionada, esta noção reflete uma compreensão abstrata de democracia e retira da entidade o que para nós é fundamental: a sua capacidade de organizar os enfrentamentos e de dar referência política na luta pelos nossos direitos.

Primeiro, no caso da Unicamp, não é apenas a partir de representação na diretoria do sindicato que os grupos se expressam e disputam os rumos do movimento. O movimento sindical da Unicamp possui diversas instâncias democráticas, como as assembleias e o congresso, que são superiores às deliberações da diretoria.

Segundo, nem toda expressão da categoria é interessante para a intransigente luta dos trabalhadores em favor de seus direitos e reivindicações históricas. Os grupos aliados da reitoria compram votos com favores, que deveriam ser tratados como direitos, e agem completamente desalinhados com as deliberações democráticas da categoria na busca de seus objetivos. Ou seja, nem todas as vontades dos trabalhadores são interessantes de serem representadas pelo movimento sindical. Os sonhos individualistas de ascensão submissa e despolitizada, que existem (e muito) na categoria, não devem ter lugar no instrumento de luta que é o sindicato.

Em terceiro lugar, chamamos a atenção para o fato de que proporcionalidade não significa que todas as forças podem agir na direção da entidade e nem majoritariedade significa que apenas um grupo coordena e hegemoniza o movimento. Na atual composição da diretoria, por exemplo, o **Vamos à Luta**, apesar de estar entre os mais votados na última eleição, não pode deliberar sobre a estrutura do sindicato. Mesmo a emissão de ofícios por parte dos diretores combativos é tutelada pela maioria que se formou sem anunciar publicamente os eixos de sua unidade. Propostas simples como a promoção do aprendizado de Língua Brasileira de Sinais por parte da diretoria ou o estabelecimento de uma bateria treinada para animar as mobilizações foram sumariamente barradas ou desencaminhadas pela atual diretoria.

Essencialmente, a majoritariedade determina que a composição vencedora terá todas as condições, no que tange a estrutura da entidade, para implementar sua política. Uma chapa eleita de forma majoritária pode até vir a se dividir, mas isso será contabilizado como falha da gestão. Ela não será dissolvida na confusão política e nas brigas de grupos, que se debatem na diretoria para encaminhar políticas divergentes. Os atuais defensores da proporcionalidade, por exemplo, poderiam montar uma chapa e agir em conjunto na diretoria, se ganhassem a eleição, sem precisar aturar a atuação do **Vamos à Luta**, que é tão criticada por eles. Da mesma forma, se o **Vamos à Luta** sai vitorioso das eleições, não sofreria o boicote e as sabotagens dos demais grupos, interessados em frustrar o enfrentamento politizado à reitoria e aos governos.

Por último, não é papel do sindicato viver refém da desmobilização da base, culpando-a pela piora das condições de trabalho, salário e contrato, como ocorre hoje em todas as assembleias. Quando a categoria não está pronta para um enfrentamento necessário, é responsabilidade da entidade desenvolver esta preparação. É para isso que a direção teria sido eleita e assumido a gestão da estrutura sindical. Caso contrário, o sindicato só serve como modo de vida de supostas lideranças, que se empoleiram como negociadores profissionais e se distanciam cada vez mais das reivindicações e necessidades da categoria.

## **Para que o STU precisa mudar?**

### *Um plano de lutas para os trabalhadores da Unicamp*

Por toda falta de democracia nas decisões dos governos, repressão aos movimentos sociais e estrito controle dos meios de comunicação que abordamos na análise de conjuntura, sabemos que nossa luta deverá nadar contra a maré. Mídia, governos e seus lacaios se unificam para construir a ideia de que é necessário enxugar gastos com a educação e com a saúde, quando

na verdade sabemos que o investimento público nestes setores é muito aquém do necessário.

Para que o movimento sindical da Unicamp aproveite a conjuntura de mudanças e apresente exemplos de luta para toda a sociedade é necessário garantir a independência política da diretoria, ou denunciar o peleguismo da direção. Neste sentido a eleição majoritária da direção é fundamental.

É necessário desenvolver instrumentos de opinião: boletins, jornais, revistas, livros, site e redes sociais qualificados, que desconstruam os argumentos da reitoria ao invés de reproduzi-los. Dentro destas perspectivas, a denúncia dos supersalários e da dupla remuneração que continuam vigorando na Unicamp é importante. Devemos apresentar para a sociedade as debilidades de atendimento e ensino ocasionadas pela falta de profissionais, cujas contratações estão barradas pela GR02/2015. É necessário explicitar a falta de uma carreira que estimule a qualificação dos trabalhadores e sua permanência no quadro funcional da universidade. É fundamental denunciar o racismo e machismo institucionais, numa universidade em que negras e negros ocupam os cargos mais precários, que são cada vez mais comuns frente à política de terceirização da reitoria e do governo. Alardear a sub-representação do povo negro e das mulheres nas funções de docência, administração e gestão, e tantas outras campanhas que, com vontade política séria, podemos fazer.

Esta é a base necessária para conseguir a tal preparação para os enfrentamentos de reivindicação intransigente da **isonomia dos pisos**, do **espalhamento dos trabalhadores na carreira**, das **políticas de cotas nas atividades de ensino, nos postos de trabalho e nos cargos de direção** da universidade.

O **fim das terceirizações** e a **valorização do serviço e do servidor público** serão consequência de um movimento contínuo de denúncia e pressão sobre os lacaios do governo que organizam a universidade hoje apenas para garantir sua perpetuação no poder político. As recentes demissões de trabalhadores da Funcamp e da Centro mostram que são as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados os primeiros a sofrerem na carne as consequências do modelo de trabalho que a Unicamp (e o serviço público como um todo) adota. Dessa forma, o STU deve impulsionar a organização e luta conjunta de todos os trabalhadores, independente de sua forma de contratação, uma vez que os sindicatos que representam legalmente essas categorias não se dispõem a enfrentar as políticas nefastas dos governos e da reitoria.

## **Por um mundo onde sejamos socialmente iguais!**

*Combater as diversas formas de opressão deve ser nossa luta cotidiana*

Na sociedade em que vivemos, as diferenças, transformadas em relações desiguais, têm garantido por centenas de anos uma maior exploração de alguns setores. Todos os dias negros, mulheres, gays, lésbicas, travestis e transexuais sofrem com a falta da garantia plena de seus direitos.

A naturalização dessas desigualdades é o que coloca o importante desafio de debatermos e lutarmos contra as opressões manifestas através do racismo, do machismo e da homo\lesbo\transfobia.

### **Basta de violência!**

Diferentemente de alguns países em que existe uma evidente segregação entre negros e brancos, o discurso oficial adotado no Brasil é o da existência de uma suposta democracia racial, que garante iguais direitos e oportunidades a todas e todos. Porém os pobres e negros são as maiores vítimas da violência no país.

A chance de homicídios contra jovens negros é duas vezes maior que contra os brancos, de acordo com o Índice de Homicídio na Adolescência. 60% dos carcerários do país são negros e a proposta de redução da maioridade penal culpabiliza justamente as maiores vítimas da violência e dos assassinatos no nosso país.

A violência contra a mulher, assim como a violência racista, é também um fato cotidiano, apesar de ser considerada “politicamente incorreta”. No Brasil, a cada uma hora e meia morre uma mulher vítima de violência machista. A violência no Brasil tem cor, gênero e orientação sexual, 61% das mulheres assassinadas no Brasil são negras. No ano de 2014, a cada 10 minutos uma mulher foi vítima de violência machista no Estado de São Paulo. A violência contra a mulher, a violência racista e LGBTfóbica são fatos cotidianos que precisam ser combatidos.

A Lei Maria da Penha, ainda hoje, 10 anos depois de sua publicação, não tem as condições mínimas de implementação para de fato proteger a integridade física e psicológica das mulheres em situação de violência. Falta de recursos para garantir equipamentos mínimos e formação de profissionais são evidentes em Campinas, pois há apenas uma delegacia da mulher na cidade, que funciona somente em horário comercial, e uma casa abrigo com menos de 30 vagas.

É preciso lutar pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, não deixando de denunciar a inviabilidade da aplicação da lei visto os sucessivos cortes nos orçamentos dos órgãos responsáveis por políticas específicas às questões das mulheres, impedindo, por exemplo, a criação de casas de abrigo, educação sexual, contratação de médicos e psicólogos para atender as demandas das mulheres

A divisão social dos papéis do homem e da mulher legitima a violência contra as mulheres quando há qualquer tipo de resistência ao cumprimento destes. A cultura do estupro tenta o tempo todo ensinar às mulheres como não serem estupradas e não aos homens a não estuprar, deixando claro como a sociedade justifica a violência sexual.

Alarmantes também são os números de casos de violência motivados por homo\lesbo\transfobia. Hoje o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos à população LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e são comuns, ainda, crimes de estupro corretivo a lésbicas e bissexuais femininas, o que mostra a violência da discriminação quanto à diversidade sexual.



Aqueles que se identificam num padrão de sexo/gênero diferente do dominante sofrem ainda mais. As travestis e transexuais, devido ao enorme preconceito, são marginalizadas e enfrentam situações ainda mais perversas de violência.

Para agravar ainda mais essa situação, está em discussão no congresso nacional a aprovação do Estatuto da Família, que reconhece como família apenas a união entre homem e mulher, excluindo diversas configurações familiares, por exemplo, as famílias homoafetivas.

Frente a esta dura realidade, propomos:

- Que o STU apoie o Projeto de Lei 643/2015 que prevê a abertura das Delegacias de Defesa da Mulher 24h por dia e aos finais de semana.
- Que o STU se posicione contra o Estatuto da Família
- Que o STU apoie o PL 5.002/2013 e lute pelo reconhecimento do “nome social” de transexuais como nome oficial.
- Que o STU apoie e construa com outras entidades e movimentos iniciativas de luta pelos direitos das mulheres, respeitando a auto-organização;
- Que o STU promova uma campanha de combate à violência contra as mulheres e de conscientização sobre os direitos das mulheres;
- Que o STU atue no combate à criminalização e ao genocídio da juventude negra. Contra a redução da maioridade penal. Pela desmilitarização das polícias!;
- Articulação com as demais entidades dos *campi* de espaços sobre a Diversidade Sexual no sentido de ampliar esta discussão na nossa categoria e na sociedade.

### **As desigualdades no mundo do trabalho**

Apesar do crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho, as mulheres ainda são mais da metade da população desempregada e, mesmo com maior escolaridade, recebem salários mais baixos e assumem os piores postos de trabalho. Com as responsabilidades domésticas, as mulheres possuem uma jornada de trabalho dupla ou tripla, somando-se ainda o fato de possuírem com frequência mais de um emprego formal.

A taxa de desemprego também é pior entre negros (12,2%) do que entre brancos e amarelos (9,6%). Além disso, os rendimentos mensais dos brancos (R\$ 1.538) é quase o dobro dos pretos (R\$ 834) e dos pardos (R\$ 845).

As travestis e transexuais, em sua esmagadora maioria, acabam por abandonar a escola muito cedo devido à violência e ao preconceito. A baixa escolaridade faz com que tenham mais dificuldade em ingressar no serviço público, onde garante-se o princípio da impessoalidade, e o forte preconceito as exclui do trabalho no setor privado, restando, então, a prostituição e a marginalidade.

A terceirização dos postos de trabalho, cada vez mais profunda no serviço público, representa o maior grau de precarização do emprego: direitos trabalhistas flexíveis, salários e benefícios menores, assédio moral são constantes dentro e fora da Unicamp, além de ser o canal mais fácil de exclusão dos LGBTT. É justamente neste tipo de emprego que ocorre maioria de mulheres, negros e negras. Basta olhar ao redor dentro da Unicamp para perceber que as mulheres negras são maioria nos serviços de limpeza e portaria.

Dessa forma, a luta contra a terceirização e pela ampliação do serviço público se torna uma importante batalha contra o racismo, o machismo e a homo\lesbo\transfobia. É fundamental que o STU tenha isso como prioridade.

- Que o STU encampe a luta contra a terceirização e para que a única forma de ingresso laboral na Universidade seja através de concurso público, como forma de garantir que os setores oprimidos ingressem com igualdade de direitos e sem discriminação contra sua orientação sexual, identidade de gênero ou cor.

- Que o STU lute pela isonomia de salários e direitos entre todos que trabalham na universidade. Pelo direito à creche de qualidade para todos, ao atendimento de qualidade no CECOM e pela jornada de 30 horas para todos os profissionais da área da saúde.

Assinam a presente tese:

Alessandra Cristina de Santana (HC / Centro Cirúrgico), Amarildo Stabile Júnior (FCM), Antonio Carlos Rocha (IEL), Cristiane Alves Tiburcio (HC / Pediatria), Daniel Batista (FEC), Danielle Consolino (CEB), Diego Machado de Assis (IQ), Elisabete de Jesus Reimão (HC / Pediatria), Geane Lopes Monteiro (DGA), Gemerson Braz Santos (DAC), Iuriatan Felipe Muniz (CECOM), Karina Tieme Taguchi (DGA), Marcio Massamitsu Ota (FEEC), Miguel Luis Leite (FEC), Miriam Camila Garcia de Lima (FEA), Paulo Eduardo de Lima Gouveia (CLE), Reginaldo Alves do Nascimento (IFCH), Reginaldo César Gomes (HC / Serviço Social), Ricardo Vieira Cioldin (IFCH), Rivaldo de Souza Oliveira (CEMIB), Rosane Pereira Navarro (CECOM), Rosemar Sant'Anna dos Santos (FEA), Teófilo de Souza Carmo Reis (IFCH), Thiago Mendes Carsoso (DGA) e Valério Freire Paiva (ASCOM).